

A lista de Amaral Netto inclui 1.500 nomes

Poder econômico larga na frente

Rio — A próxima Assembleia Nacional Constituinte caminha a passos largos para ser um espaço político de negação dos princípios da soberania popular, do grande debate sobre os problemas sociais, com a entrada firme dos grupos econômicos, que jogam pesado para assegurarem uma banca numerosa. A afirmação não é de nenhum dirigente do PT ou do PDT — partidos de oposição ao Governo Federal — mas do jurista Fábio Konder Comparato, um dos maiores especialistas do País em legislação financeira.

— A representação popular vai ser falseada. Os grandes grupos econômicos vão ter uma representação muito superior à população que eles representam — calcula. Comparato elaborou para o PT um projeto de constituição e foi ainda um dos principais redatores do anteprojeto de lei que pune os crimes financeiros — colarinho branco —, defendido no momento pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras, contrária à proposta do senador José Lins (PFL-CE), aprovada no mês passado pelo Congresso Nacional.

Adepto do rígido controle feito pela sociedade norte-americana — através do Congresso — dos gastos das campanhas eleitorais, o jurista faz uma crítica contundente contra a falta de empenho do Governo — que controla a maioria dos



parlamentares — em fazer aprovar o projeto do deputado Manuel da Costa Santos (PMDB-MG) que pune o poder econômico na campanha política. "O Governo no campo político se pauta pelos princípios do liberalismo", ironiza o jurista.

Até as eleições de 15 de novembro, ele teme pela estabilidade política do País, que trilha ainda uma fragil transição democrática, com o agravamento do conflito agrário. Na sua opinião, a União Democrática ruralista (UDR), entidade criada recentemente pelos grandes proprietários de terra e acusa da igreja de assassinar muitos posseiros, é uma reedição do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Em 1962, o órgão financiou a campanha eleitoral de aproximadamente 300 candidatos nas eleições legislativas e foi considerado um dos principais braços de sustentação na articulação do movimento militar de 64.

Arinos aponta avanço

Rio— Afinal, para que serve uma comissão pré-constituinte se só a própria Constituinte pode aprovar a nova Carta Magna do País? Para o ex-ministro das Relações exteriores e ex-senador Afonso Arinos de Mello Franco, presidente da comissão Provisória de Estudos Constitucionais, ela facilitará e abreviará a tarefa dos futuros constituintes, ao oferecer-lhes um anteprojeto completo da Constituição, e será de grande valia para o aperfeiçoamento democrático do País, por promover o debate nacional sobre os grandes temas constitucionais.

Intensamente criticada

como elitista, quando de sua criação, em setembro do ano passado, sobretudo pela falta da presença operária, a comissão, ao longo dos trabalhos, acabou aprovando uma série de medidas avançadas ou, no mínimo, nada conservadoras.

Eis algumas dessas propostas apontadas como de caráter progressista: a jornada semanal de 40 horas, equiparação dos vencimentos dos aposentados ao do pessoal da ativa, aposentadoria para as donas de casa e as composeses, a criação de um Fundo federal para atender aos menores desamparados e as populações carentes.

CORREIO BRAZILIENSE

ANC 88
Pasta Junho/86
084